

Eixo Temático 4 – Cultura e comportamento – Parte 2

Na última semana, discutimos um pouco a ideia de comportamento com a “justiça com as próprias mãos”. Agora, para continuarmos entendendo melhor um pouco mais das nossas ações em sociedade, nada melhor do que conhecer o conceito de **cultura**. Você sabe, de fato, o que é cultura? **Você tem cultura?**

Para entendermos melhor um pouco desse conceito, vamos deixar uma bibliografia interessante sobre o tema, ok? Você lê, vem para a monitoria e a gente discute o tema e a ideia! Que tal? Anote aí (e leia!):

- *Você tem cultura?*, de Roberto DaMatta:
http://nau.i.ufsc.br/files/2010/09/DAMATTA_voce_tem_cultura.pdf
- *Cultura e democracia*, de Marilena Chauí (páginas 55-57):
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>
- *O que é cultura?*, de Leidiane Oliveira:
<http://desconversa.com.br/sociologia/resumo-cultura/>

Esses são só alguns dos muitos textos interessantes que trazem conceitos importantes sobre a ideia de cultura. Já temos, então, um bom caminho para discussões. Vamos, agora, olhar alguns temas que passeiam por esse conceito?

Tema 1: [A cultura do assédio no Brasil do século XXI](#)

Redação exemplar 1:

“Respeito é uma via de mão dupla”. Ou, pelo menos, deveria ser. Há em nossa sociedade uma tendência quase que concretizada – que parece ecoar no restante do mundo – de banalizar a violência, sobretudo quando diz respeito às mulheres. Não são raros os relatos de abusos e “cantadas” ofensivas que as brasileiras – e brasileiros, embora em menor escala – sofrem nas ruas do país. Essa violência psicológica, e às vezes física, causa, além do constrangimento, um sentimento de impotência e inferioridade. É preciso, então, que se problematize e busque soluções para essa inconveniente cultura de assédio.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar a forte carga cultural presente nesse comportamento. Isso ocorre, pois, desde os tempos de Brasil Colônia, há uma reprodução massiva dos valores de machismo e patriarcalismo, subjugando a mulher. Apesar das recentes conquistas, ainda podemos ver reflexos desse modo de agir e pensar em pleno século XXI. Prova disso é o assustador percentual de mulheres – 99,6% num universo de 8 mil – que dizem já terem passado por situações constrangedoras, segundo pesquisa da campanha “Chega de Fiu-Fiu”, promovida pelo blog Think Olga – e que se assemelha ao número encontrado em consulta feita nos EUA.

Além disso, convém observar que há uma tendência de culpabilizar a vítima pela ofensa. Isso se apoia na objetificação do corpo que é reforçada pela mídia. Na polêmica pesquisa do Ipea sobre o estupro, mesmo após a correção dos dados, uma parte expressiva da população considerava que a culpa do ocorrido era da mulher, devido à forma de se vestir e comportar.

Observamos, então, uma inversão de valores na sociedade que acaba por deixar a vítima desamparada.

É importante destacar, ainda, que o assédio cotidiano não se limita às ruas. Ele está presente também no meio corporativo, através de insinuações recorrentes e não correspondidas e da coação psicológica. Essa situação pode gerar distúrbios graves, pois muitas mulheres têm medo e até vergonha de revidar ou denunciar os abusos. Isso prova que nem mesmo o ambiente de trabalho tem sido receptivo para o desenvolvimento pessoal e profissional delas.

Fica claro, portanto, que o problema dessa cultura tem contornos drásticos. Buscando desconstruir essa situação histórica, cabe à escola incentivar desde o início o tratamento igualitário e de respeito mútuo. A família, por sua vez, pode, além de reforçar tal respeito, mostrar a necessidade de se denunciar tais atos. É papel da mídia, como formadora de opinião, condenar a objetificação e de atuar em parceria com ONGs e movimentos sociais em prol da valorização da mulher. Apenas assim poderemos atingir o respeito como “via de mão dupla” que deve ser.

Tema 2: “Camarotização” da sociedade brasileira: a segregação das classes sociais e a democracia.

Redação exemplar 2:

A “camarotização” não é um fenômeno recente na história do Brasil. Considerando vários períodos, autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda abordaram em suas obras situações de privilégios vividos pelas famílias que tinham melhores condições financeiras. A divisão entre classes sociais não é uma ação benéfica à sociedade que deseja ser cada vez mais justa, pois ela fere os princípios básicos da democracia, entre os quais a igualdade se inclui.

Com isso, um novo apartheid, dessa vez social, tem cada vez mais ficado em evidência. A recusa em dividir espaços, principalmente os públicos, ajuda na construção do muro da segregação social. Em 2014, um grupo de moradores de Higienópolis, bairro de classe média alta de São Paulo, resistiu em aceitar que ali fosse construída uma estação de metrô. Um dos argumentos apresentados por aqueles que eram contrários à obra era de que estavam com medo de uma “invasão de pessoas mais pobres”. Tal pensamento elitista escancarou um preconceito social que ainda é gritante, e para esses moradores, os que pouco têm não devem se misturar com os que muito têm.

Não bastasse isso a desigualdade tem gerado tantas outras disparidades. Enquanto aqueles que possuem melhores condições financeiras têm acesso a serviços de qualidade, tais como saúde e educação, a população carente sofre para ter suas necessidades básicas supridas. A Constituição Brasileira preconiza que todos são iguais perante a lei, no entanto, o Estado não garante, de maneira satisfatória, igualdade a todos, o que contribui ainda mais para a disseminação dos contrastes.

Torna-se evidente, portanto, que a realidade da segregação social descrita por Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre ainda é uma problemática atual. Para alterar tal ideia, é preciso a intervenção do setor público a fim de garantir melhores condições às classes mais baixas, promovendo sua ascensão social, como também garantir seus direitos perante a lei. Ademais, os cidadãos devem ser mais ativos politicamente, com o intuito de assegurar uma sociedade mais harmônica e igualitária, na qual todos possam usufruir dos mesmos privilégios, sem que haja nenhuma distinção.